

## **Populismo e análise de discurso:**

### **De Laclau a Marine Le Pen**

Maria Raphaela Campello

## **1 INTRODUÇÃO**

À luz da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2014), e da concepção deste primeiro (2005, 2013) sobre o populismo<sup>1</sup>, nesse trabalho objetiva-se analisar o caso do Rassemblement National (antigo Front National, partido da direita radical francesa). A partir desse marco teórico, entendemos que o populismo é uma forma discursiva e um modo de construção do político, inerente a todo discurso político na exata medida em que a construção política implica formações de identidades que se erguem por oposição - e é precisamente a contraposição entre o eu e o outro que caracteriza o discurso populista. Nessa formação discursiva, demandas populares insatisfeitas aglutinam-se na forma de um sujeito popular. Cada demanda, ao mesmo tempo que constituindo uma instância particular, se vê articulada com a totalidade negativa de demandas, formando uma cadeia que subverte o caráter plural das demandas e transforma todas as diferenças em identidade. No centro dessa cadeia encontra-se o ponto nodal, um significante vazio, o povo, preenchido de significados exatamente pela maneira como posiciona-se na cadeia. A particularidade do populismo reside, portanto, na maneira como, a partir do esvaziamento de demandas insatisfeitas e da cristalização de um significado comum, emerge um entendimento de povo, de comunidade.

A partir das considerações de Laclau e Mouffe, buscaremos fazer da própria teoria do discurso nossa ferramenta metodológica, a partir da qual pretende-se examinar o ângulo do populismo em Le Pen. Se os discursos são os principais recursos com os quais se legitima e naturaliza a realidade, a análise de discurso é precisamente o que permite desnaturalizá-la. Nesse movimento, demonstra-se aquilo que ela carrega de histórico e contingente. É por esta razão que a abordagem histórica faz-se tão necessária: uma abordagem discursiva do sentido significa compreendê-lo não como fruto da vontade individual do sujeito (racional e

---

<sup>1</sup> Para os fins do evento em que se apresenta esse trabalho, optamos por não incluir uma explanação extensiva do pensamento de Laclau (e de Mouffe), empreitada que nos exigiria mais tinta do que dispomos se intencionássemos fazer jus à complexidade e sofisticação da teoria laclauniana.

consciente) que o enuncia, mas de seu contexto. Significa compreender o enunciado enquanto elo em sua cadeia discursiva, de modo que o enfoque se desloque para a própria cadeia. (DVOSKIN, 2017)

A análise do discurso é, necessariamente, interdisciplinar. Envolve, de um lado, um quadro teórico que permita analisar a realidade social na qual se produzem os discursos. Por outro, enraíza-se na linguística: o entendimento da linguagem como um sistema próprio, correlato, mas que não é determinado pela relação que detém com aquilo a qual se refere, é tributário do legado de Ferdinand Saussure. Saussure propôs a distinção de dois níveis da língua: *langue* (a estrutura da linguagem, imodificável) e *parole* (ancorada na *langue*, refere-se à maneira como as pessoas combinam os signos em suas falas). O primeiro deles, isto é, o nível da estrutura, goza de um lugar privilegiado na tradição saussuriana e tornou-se o objeto principal da linguística, enquanto o segundo, o nível do uso corrente, tem sido frequentemente tido como aleatório demais para estudo científico (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002).

Os pós-estruturalistas — seguindo, em grande parte, algumas das linhas traçadas por Michel Foucault, como é o caso de Laclau e Mouffe — firmaram-se sobre a ideia de que a linguagem é um sistema próprio onde a relação entre signo e significante não é dada pela realidade mas, sim, pelas relações que esses signos detêm entre si. Rejeitam, entretanto, a ideia de que a linguagem pudesse ser uma estrutura estática e totalizante de dois níveis evidentemente distintos. Se a estrutura, por um lado, pode existir, ela própria deve ser dinâmica. Nesse sentido, não há apenas um único sistema de significado, mas vários. Ou seja: discursos, através dos quais modificam-se os significados. A significação, entendida como um processo social de negociação e conflito, é a fixação de um sentido, como se uma estrutura saussuriana existisse. A análise de discurso é o campo onde se busca mapear os turbulentos processos pelos quais a significação (e a hegemonização) ocorre. É a desconstrução a operação que revela que uma relação hegemônica é contingente. Este é precisamente o objetivo da análise de discurso: desconstrução, a contextualização no processo político e histórico das estruturas naturalizadas (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002).

Isto posto, é notório que, a despeito do lugar que ocupa a linguística nos trabalhos de Laclau e Mouffe, os autores não empreendem expressivas análises de material empírico. Suas categorias teóricas podem, no entanto, converter-se em

ferramentas de análise de discurso. Pontos nodais, cadeias de equivalência, hegemonia, antagonismo, entre outros, podem ajudar a observar como se organizam os discursos, as identidades e o espaço social:

Quando significantes-chave são identificados no material empírico específico, a investigação pode começar com como discurso, identidade e o espaço social, respectivamente, estão organizados discursivamente. Isso é feito investigando-se como os significantes-chave se combinam com outros signos. (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002, p. 50, tradução nossa)<sup>2</sup>

O pesquisador deve buscar identificar os significados que os signos adquirem e quais significados excluem por meio de seu posicionamento. Deve identificar onde os discursos operam lado a lado em harmonia e seus pontos de antagonismo. Qual sua relação com a ordem estabelecida. Quais intervenções hegemônicas se operam para superar o conflito. (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002)

Como ponto de partida para resolver essas questões, sugerem Jørgensen e Phillips, os pontos nodais dos discursos específicos devem ser identificados, bem como sua relação com outros signos no discurso. Seria possível, então, identificar as batalhas pela fixação de significados e começar a mapear a estruturação (parcial) de determinados domínios discursivos por discursos específicos.

No entanto, essa abordagem, assentada no quadro teórico de Laclau e Mouffe, pode ser enriquecida pelas ferramentas teóricas desenvolvidas por outras correntes da análise de discurso. Tomaremos emprestadas de Fairclough (1992) algumas delas que podem, sem danos para uma ou outra tradição, ser empregadas na análise textual empírica orientada pela teoria crítica do discurso.

Para Fairclough (1992), não há um conjunto de procedimentos padrão definido para a análise de discurso. O pesquisador pode ter distintas abordagens a depender da natureza do projeto e de sua própria visão sobre o discurso, bem como da bagagem do próprio analista: a análise de discurso deve ser, antes de mais nada, interdisciplinar. É por essa razão, e buscando inserir Marine Le Pen no quadro mais geral do discurso nacionalista do Rassemblement National, que esse trabalho se inicia com o histórico do partido. Em um processo genealógico, esperamos que a história possa se prestar não apenas a iluminar a situação contemporânea, mas demonstrar-se, como preconizava Rosanvallon (2010), seu laboratório em atividade.

---

<sup>2</sup> When key signifiers are identified in specific empirical material, the investigation can begin of how discourses, identity and the social space respectively are organised discursively. This is done by investigating how the key signifiers are combined with other signs.

Não se trata, portanto, de mostrar as origens do Rassemblement National: fazê-lo seria impossível. A história do Rassemblement o antecede em séculos. Passa pela constituição de uma direita francesa, pela colonização e pelo colaboracionismo, para citar apenas alguns dos eventos mais marcantes. O Rassemblement não tem essência ou, se a tem, foi constituída, para citar Michel Foucault, “peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas” (FOUCAULT, 1998, p. 13) e por aquelas que lhe eram interiores.

A tarefa é demonstrar o que há de contínuo e descontínuo, o que há de accidental e contingente no passado do partido; é restituir sua proveniência, isto é, o conjunto de acontecimentos por meio dos quais ele se formou e se transformou e que, muito antes de ser herança que se solidifica, é um conjunto de camadas heterogêneas e fissuras que tornam instável o próprio herdeiro. Ou herdeira. (FOUCAULT, 1998).

## **2 CINQUENTA ANOS NO FRONT**

Na década de 1960, o hiato de uma década vivido pela extrema direita francesa após o fim da Segunda Guerra Mundial parecia dar sinais de chegar ao seu fim. Com a alta do anticomunismo (característico do período de Guerra Fria) e a Revolução Argelina, a extrema direita viu a oportunidade de agrupar-se em torno de um objetivo comum: a defesa do território (alegadamente) francês. (IGOUNET, 2014)

No início da década de 1970, o grupúsculo fascista *Ordre Nouveau* (bastião do neofascismo francês) deparou-se com a imperiosa necessidade de agrupar os grupos de direita nacionalista que se haviam pulverizado pelo país caso tivesse pretensões à expansão. Contudo, seu uso da violência, especialmente nos confrontos com a Liga Comunista, os colocava na posição de grupo extremista e isolado. Foi buscando conferir à agremiação ares de credibilidade, garantir sua maior penetração nas massas e participar da disputa eleitoral que, em junho de 1972, a estratégia do frente nacional foi adotada oficialmente. (CAMUS, 1996) (IGOUNET, 2014)

Impunha-se, entretanto, a tarefa de escolher uma face para o movimento. Se quisesse tornar-se verdadeiramente popular, o frente não poderia associar-se abertamente às reputadas figuras do *Ordre Nouveau* (ON), como François Duprat.

Foi nesse contexto que um ex-combatente da Argélia e ex-deputado pujadista<sup>3</sup>, Jean-Marie Le Pen, foi convidado a liderar o movimento que, ainda no mesmo ano, se consolidou como partido político: o Front National. Seu texto fundacional, “O que quer o Front nacional: os princípios do Estado nacional” expõe as diretrizes do partido, dadas em torno de cinco eixos principais: família, escola, trabalho, nação e Estado nacional. Associada a esses eixos constava a ideia, inspiradora de profundas inseguranças, de uma aguda crise atravessada pela França, marcada pela decadência intelectual, moral e física, pela destruição da família e pela corrupção. Em torno dessa retórica, o Front reunia a geração de nacionalistas vencidos da história recente francesa: colaboradores de Vichy, *partisans* da Argélia e, mesmo, monarquistas. (IGOUNET, 2014). À época, deplorava-se a ausência de uma direita realmente digna desse nome.

Progressivamente, e por força de Duprat, a imigração tornou-se tema importante na agenda frontista, associada à crise e à decadência (material, moral e intelectual). A permanência do ON no seio da agremiação seria breve, no entanto: após entrar em um conflito sangrento com a Liga Comunista nas ruas de Paris, em 1973, o grupo (bem como a própria Liga) foi obrigado a dissolver-se. Em seguida, seus membros foram progressivamente ostracizados. De grupúsculo ligado a nazistas, já nos seus primeiros anos de existência o Front buscou estabelecer distanciamento de seus elementos mais extremistas e da imagem que aportavam à organização, culminando na cisão oficial no fim do mesmo ano. Desde então, o Front foi progressivamente passando por um longo e praticamente constante processo de “desdiabolização”, como pretendemos demonstrar. (STOCKEMER, 2017)

Se a ruptura oficial com o ON representou um baque para o Front (então esvaziado de militantes e em situação econômica crítica) representou também uma mudança de tônica: seria apenas nas eleições da década de 1980 que os imigrantes passariam a figurar com centralidade na agenda de Le Pen, ligados diretamente à segurança pública e ao desemprego. A corrente associada a Jean-Marie Le Pen, então imperante no birô político do partido, trouxe consigo a tônica anticomunista.

---

<sup>3</sup> Apesar de sua curta duração, o movimento pujadista foi um dos mais proeminentes movimentos da direita (e, de maneira geral, daqueles que emergiram no pós-guerra). Galgado em artesãos e comerciantes, o movimento sindicalista foi encabeçado por Pierre Poujade, crítico da Quarta República francesa e da descolonização da Argélia. Com sua extinção, após a fundação da Quinta República, em 1958, a direita francesa fragmentou-se.

A partir de então, acumulando funções tão altas quanto aquelas de presidente e secretário geral do partido, à moda de Louis XIV, Le Pen buscava cultivar a ideia de que o partido “*c’est moi*”. O Front passava a ser sua empreitada política pessoal, destinada a perdurar por décadas. Durante a primeira presidencial do partido, em 1974, cartazes do Front anunciavam a centralização e davam a tônica das campanhas que se seguiriam ao longo dos quarenta anos em que Le Pen se apresentaria à corrida presidencial: sem mensagem ou logo, exibiam apenas sua figura sorridente. Apesar do mau resultado nas urnas, essa eleição o firmaria como líder da extrema-direita francesa.

Sob a presidência de François Mitterrand (eleito em 1981), do Partido Socialista, a legislação sobre imigração e as medidas de deportação de imigrantes irregulares foram afrouxadas, assim como determinadas medidas de segurança. Naquela década, o pluralismo religioso (e racial) tornou-se uma realidade incontornável na França, ao arripio das forças conservadoras e religiosas. Se africanos, a princípio, ocupavam posições temporárias no mercado de trabalho, a partir da presidência de Giscard d’Estaing (entre 1974 e 1981) sua contribuição tornou-se permanente, aumentando as preocupações com o suposto parasitismo de estrangeiros sobre o sistema de previdência social francês e sua alegada incapacidade de adaptar-se à cultura francesa. (STOCKEMER, 2017). Com o choque do petróleo e o aumento do desemprego, imigrantes foram acusados de estarem roubando os empregos de franceses. Nesse momento, “Um milhão de desempregados é um milhão de imigrantes demais” tornou-se o *slogan* do Front (IGOUNET, 2014).

Apesar da indisposição que manifestava quanto aos imigrantes africanos, ao longo de suas décadas de existência, o partido buscou suavizar seu discurso (movimento, começamos a ver, recorrente) e evitar acusações de racismo, instruindo seus membros sobre o cuidado no uso de determinadas palavras. A moderação do discurso frontista, que poderia tornar o partido mais palatável ao público geral — e, especialmente, abrir os caminhos para alianças importantes com outros partidos da direita —, era o plano de Bruno Mégret, número dois do partido, de formação gramsciana e, durante os anos 1990, rival de Jean-Marie Le Pen. Foi também nesse sentido que o Front, à época, passou a colocar-se como defensor dos trabalhadores franceses frente ao binômio desemprego e imigração.

O êxito da nova fórmula frontista foi atestado pelos importantes ganhos obtidos nas eleições europeias de 1984 quando Le Pen encabeçou a lista que conquistou cerca de 11% dos votos válidos. As eleições inauguraram um período de prosperidade para Front. À expansão iniciada na década de 1980 e à estratégia de suavização do discurso em grande parte por ela responsável, contudo, impunha-se um grave obstáculo: o próprio presidente do partido. Se, a princípio, as frequentes bravatas antissemitas de Le Pen foram consideradas tropeços, tornava-se progressivamente evidente que o presidente era inflexível quanto a sua intenção de denunciar um lobby judaico-midiático globalista. Convertia-se publicamente em um notório negacionista, empenhado em minimizar a importância do Holocausto para a história da Segunda Guerra Mundial, contribuindo para um período de profunda crise no partido, que se somava a uma forçada reformulação de seus alvos de preferência (passando do anticomunismo ao anti-imigracionismo) após a queda do Muro de Berlim.

Quando assumiu o partido já devastado por disputas internas em 2011, Marine Le Pen, filha mais velha de Jean-Marie, viu-se confrontada com o mesmo desafio de Mégret, isto é, tornar a agremiação viável eleitoralmente. A imagem que buscava passar, à frente do partido (mulher jovem, moderna, divorciada, mãe de família, advogada) dificilmente poderia conciliar-se com os rompantes negacionistas do pai. Na verdade, o debate acerca da Segunda Guerra Mundial, para a nova geração do partido por ela encabeçada, não apenas em nada contribuía para o FN como era, mesmo, contra-produtivo, afastando milhares de potenciais eleitores.<sup>4</sup>

A filha de Le Pen não tinha tempo para revisitar o passado. Portava um ambicioso projeto de reformulação do Front Nacional, que passava não apenas pela suavização do discurso e do campo simbólico e imagético frontista<sup>5</sup>, à moda de Mégret — isto é, na forma, muito antes que no conteúdo —: passava igualmente por uma virada social. Marine desejava que o FN se mostrasse um partido capaz de governar, demonstrando portar uma ideologia mais consensual. Como parte da estratégia, o Front passava designar outros movimentos como extremistas e de extrema-direita, buscando marcar sua diferença. Já no campo social, pretendia-se fazer uma campanha social, comunitarista, à esquerda, voltada para as periferias,

---

<sup>4</sup> Este foi o ponto determinante para que Marine Le Pen determinasse a expulsão de seu próprio pai do partido, em 2015. Na ocasião, Jean-Marie havia minimizado, mais uma vez, o Holocausto.

<sup>5</sup> A partir da iniciativa de Marine Le Pen, tal processo passou a figurar no léxico do Front National como “desdiabolização”.

onde o centro discursivo se tornasse a luta contra a islamização e a defesa da laicidade.<sup>6</sup>

A jovem presidente havia notado que o que afastava o eleitorado de seu partido não era sua postura quanto ao Islã ou à imigração, mas o antissemitismo. Alguns dias após assumir o partido, Marine Le Pen foi a público denunciar o que se passou nos campos nazistas como “barbárie”. Enquanto o antissemitismo desaparecia, na nova fase do velho Front novas temáticas tomaram robustez: o protecionismo, o “euroceticismo”, soberanismo, anti-globalismo, questionamento da Zona Schengen, saída do zona do euro... Sua plataforma, se aderiu a temas que se tornaram a marca do FN (como a imigração, a segurança pública e a identidade nacional), promovia uma guinada em direção aos trabalhadores: a marca Le Pen, agora, incluía aumentos dos salários e um projeto de re-estatização, além de uma léxico marcadamente à esquerda, incorporando elementos como “república” e “laicismo”. Colocando-se como “nem direita, nem esquerda”, esperava contribuir para a implosão da direita e ver o Front colocar-se como principal partido. (IGOUNET, 2014)

De fato, ao longo dos dez anos em que esteve à frente da agremiação, foi precisamente isso o que observou. Beneficiando-se do progressivo desgaste dos partidos tradicionais franceses (cujo epítome deu-se nas eleições de 2016), o partido (agora Rassemblement National) consolidou-se não apenas como uma das mais duradouras como das mais exitosas experiências daquilo que uma determinada literatura (além da imprensa) costuma denominar populismo de direita europeu, atestando o sucesso da fórmula de desdiabolização. (WODAK; KHOSRAVINIK; MRAL, 2013)

Sob a fachada da moderação, contudo, parece sobreviver uma retórica que guarda profundas similaridades com aquilo que o Front, sob a liderança de Jean-Marie Le Pen, outrora defendia — a saber, políticas anti-imigratórias, baseadas no nacionalismo e na intolerância. (STAVRAKAKIS et al., 2017). Se o programa do Le Pen pai ligava a imigração ao problema de segurança pública, desemprego e marginalidade (refletindo-se, em última instância, em um problema de identidade nacional), a retórica de sua filha não minimizou essas questões.

---

<sup>6</sup> É interessante notar que a “virada islamista” acompanhou uma nova lei anti-racismo na França. Referir-se a árabes como muçulmanos poderia contornar possíveis complicações legais.



Como seu pai, Marine também demonstra-se enfática quanto aos temores da globalização, da imigração, da europeização e do avanço da ideologia neoliberal para a cultura, a nação e o povo franceses. Autores como Stockemer (2017), entretanto, notam que a presidência de Marine Le Pen dotou o discurso frontista de um fundo mais anti-elitista. Nesse sentido, o FN e sua presidente aparecem como os únicos defensores legítimos de uma democracia autenticamente popular frente às elites corruptas nacionais e internacionais. Como ocorreu com a suavização da imagem do Front, também podemos observar a escalada progressiva a longo prazo desse elemento popular, passando pela conquista dos trabalhadores e penetração no mundo sindical da década de 1990.

Ainda, sob a liderança de Marine uma diferença importante emergiu no Front. Se, para Jean-Marie, a ideia de povo incluía uma conotação racial, hoje este não é mais o caso. O que se observa em Marine Le Pen é um “racismo diferencialista”, que enfatiza a incompatibilidade entre determinadas culturas (sobretudo o Islã) e os valores autenticamente franceses. O imigrante, aí, aparece não como uma ameaça étnica propriamente dita (como vimos anteriormente, esse tipo de discurso poderia acarretar graves complicações legais, possivelmente uma das maiores razões pelas quais acabou por ser abandonado), mas uma ameaça à história, à cultura e à civilização francesas. (STAVRAKAKIS et al., 2017).

Tem-se aí uma operação de identidade entre povo e nação, onde é esta última o centro em torno do qual se articulam outras noções periféricas. Isso se torna evidente quando partimos para a análise das manifestações de Marine Le Pen na Assembleia Nacional, enquanto representante da região de Pas-de-Calais, entre 6 de junho de 2017 e 20 de maio de 2018. Esse será o tema da próxima seção.

### **3 COM A PALAVRA: MARINE LE PEN**

A análise de discurso não é tarefa simples. Uma série de obstáculos se impõem ao pesquisador que pretende utilizá-la como método analítico. A primeira delas diz respeito à definição da amostragem de materiais. Aqui, nos utilizaremos dos discursos parlamentares de Marine Le Pen. Uma análise da integridade desse material, entretanto, mostra-se inexequível. Trata-se das sessenta e quatro intervenções feitas por Marine Le Pen na Assemblée Nationale entre 6 de julho de

2017 — estreia de Le Pen na Câmara — e 19 de maio de 2020 — data em que iniciamos nosso trabalho documental.

Fairclough (1992) sugere que o pesquisador determine amostras típicas ou representativas de determinada prática social pela qual se tenha interesse. Assim, para a execução desse trabalho, após extensiva análise da íntegra de nosso corpus documental, optamos por alguns discursos particularmente expressivos no que diz respeito àquilo que Fairclough denomina “ethos”, ou seja, à maneira como são constituídas as identidades sociais. Para além disso, pretendemos atentar a outras chaves analíticas propostas pelo autor, como a escolha de palavras e a gramática.

Contudo, para a própria montagem dessa amostra foi necessário um trabalho prévio de codificação. Optamos por um sistema de codificação que buscava identificar e ressaltar quatro noções que nos suscitavam particular interesse. Foram elas as noções de amigo (ou “nós”), inimigo (ou o “outro”) e duas categorias correlatas: a de “problemas” (associada ao “outro”, ou aos inimigos) e a de soluções (associada a “nós”, ou aos amigos). A íntegra dos termos categorizados será exposta mais adiante.

Ao longo da análise preliminar do corpus documental, uma primeira constatação chamou atenção: a baixíssima incidência da palavra “povo” (*peuple*) e falta de centralidade da noção de “nação” (*nation*). Também a categoria “amigo”, ou “nós” pareceu, ao fim da análise, esvaziada se comparada ao seu oposto, isto é, à categoria de inimigo. É nessa categoria que parece residir o fulcro do discurso lepenista. Partindo de Laclau, essa constatação não deve surpreender, uma vez que as identidades se constituem precisamente pela oposição — ou, em suas palavras, pela negatividade.

Ao referir-se aos problemas da nação e a seus causadores, Le Pen não poupou palavras. Os inimigos de Le Pen parecem ser o “grupo majoritário” (na Assembleia), os “abutres das finanças”, os países que vêm nas empresas francesas interesses estratégicos, a “grande distribuição”, os industriais estrangeiros, a Comissão Europeia, a União Europeia, a ideologia dos governistas, o modelo mundialista, a esquerda, os “clandestinos”, o governo, os ricos, o presidente Emmanuel Macron, os dirigentes franceses e europeus, as ONGs cúmplices de imigrantes clandestinos, a própria Assembleia Nacional, os mundialistas, os tecnocratas, os financistas internacionais, os governos de experts, a “maioria fora do território” (*majorité hors sol*), a oligarquia esclarecida, os jihadistas, os soldados do

Estado Islâmico, os islamistas, os estrangeiros condenados, os estrangeiros culpados, a ideologia judiciária, a ideologia imigracionista, os delinquentes, os criminosos, certos magistrados, jornalistas, juízes de aplicação, a Justiça, os comunistas e socialistas, o partido République En Marche!, “certas pessoas” e determinados “elementos”, aqueles que tentam fazer com que o problema da imigração seja percebido como uma questão de raça — e não de patriotismo e nacionalismo —, determinados deputados, estrangeiros que fraudam o asilo, associações, os alemães, os sucessivos governos da França, os dirigentes franceses, vocês (dirigindo-se aos colegas na Assembleia) — que escolhem entre a soberania e a submissão — e “sua” ideologia, os terroristas, os piratas somalis, a Comissão Europeia de Direitos Humanos, federalistas que querem mais União Europeia e menos nação, europeístas, patriotas europeus, as administrações europeias, a máquina tecnocrática de Bruxelas, as potências financeiras mundialistas, os lobbies, a ideologia, os ultraliberais, as mesquitas radicais, os fundamentalistas islamistas, os autores de atentados, os “grandes grupos” e grandes empresas.

Aos grupos acima elencados Marine Le Pen associa uma série de problemas que avassalam a França, a saber: os tratados de livre comércio, a debilidade do apoio público, escolhas políticas ideológicas, o aumento da importação de carne americana, o fato de que os franceses tenham menos direitos que os “clandestinos”, a submersão na imigração, a política irresponsável de assentamento rural de migrantes, a ausência total de representatividade das grandes correntes de pensamento na França, troca da “verdade biológica” pela expressão da vontade ou do reconhecimento (referindo-se a questões de identificação social de gênero), a clivagem política entre mundialistas e nacionais, o CETA (acordo comercial com o Canadá), a abertura dos mercados, o risco sanitário, a concorrência desleal no comércio internacional, a mundialização, a ideologia mundialista, a financeirização, o individualismo, a imigração, o método de governo por impostos, a fratura social francesa, a obsolência do regime, a presença de jihadistas, as penas leves, o laxismo, lentidão e falta de organização do judiciário, a recusa ao fechamento do país, o tráfico de drogas, a liberdade de criminosos, o enriquecimento do Estado sob pretexto de transição ecológica, a configuração do sistema público de saúde (Aide Médicale d’État) que torna o país atrativo para a imigração clandestina, a desindexação das aposentadorias e das moradias populares, os escândalos de

corrupção, a insegurança, a violência extrema, o desemprego massivo (sobretudo na Mayotte, arquipélago francês localizado na costa africana pelo qual Le Pen demonstra particular interesse), a departamentalização da Mayotte, o esquecimento de alguns indivíduos pelo República, a colonização da Mayotte pelos comores, as medidas de austeridade, a impossibilidade de deportação de “delinquentes”, o *laissez-faire* consular, as transferências de dinheiro para o exterior, as fraudes nos pedidos de asilo, o fato de que um a cada três franceses não possa pagar pelos tratamentos médicos, os atentados à soberania e à independência da França por entidades supranacionais, o fato de que o Estado se apaga frente ao privado, a europeização forçada, o abandono da soberania jurídica, a anglo-saxonização do direito francês, a instabilidade do regime de proteção social, a falta de vontade política de fechar mesquitas salafistas e islamistas, o terrorismo, o endividamento público, o déficit, a pressão fiscal, a desordem, a pobreza, os recuos sociais e sanitários.

A partir dessa codificação, algumas correlações saltaram aos olhos. Nos discursos de Le Pen, nota-se que o direito de asilo e a “ideologia” daqueles que defendem o acolhimento de imigrantes associa-se à falta de cuidados médicos, ao desemprego, ao sofrimento, à falta de moradia, ao endividamento, ao déficit, à pobreza, aos recuos sanitários e sociais, à desordem, a Bruxelas e às últimas gestões “calamitosas” do país. Chama igualmente atenção que a soberania, no discurso de Le Pen, liga-se às ideias de nação, submissão, ordem jurídica francesa, povo, Comissão Europeia de Direitos Humanos, Estados, europeístas, europeização forçada e desaparecimento dos espaços nacionais<sup>7</sup>. A nação e sua unidade, por sua vez, conectam-se com traição, ideologia mundialista, torrente migratória e crise do sistema social e penal. A nação também se encontra ligada ao povo, à soberania, aos patriotas europeus, à nacionalização forçada e ao desaparecimento dos espaços nacionais.

Finda a análise geral da íntegra dos discursos de Marine Le Pen, bem como sua codificação e a determinação de correlações que suscitam interesse, foi possível selecionar alguns trechos particularmente relevantes para a análise, ou, como chamaria Fairclough, “amostras típicas”. Aqui, começaremos por reproduzir

---

<sup>7</sup> Aqui, encontra-se algum tipo de positividade, associada ao “nós” que buscamos identificar (ainda que de maneira menos substantiva do que aquela verificada quanto àquelas categorias associadas aos “outros”).

discurso proferido no dia 18 de julho de 2017 por Marine Le Pen, em tópico orçamentário. Consideramos essa manifestação uma amostra exemplar das impressões de Le Pen quanto à relação entre União Europeia, os governos franceses, a crise e o povo francês. Os grifos são nossos, visando melhor visualização das informações de interesse.

[...] A exposição de motivos que acompanha [o projeto de lei orçamentária] apresenta os dados do orçamento do Estado com, é preciso dizer, uma indecente auto-satisfação perante uma dramática situação. Isso está em grande medida ligado ao **desemprego massivo** que registramos há anos: a **dívida e o déficit** são a consequência dessas escolhas **econômicas desastrosas**, mas essa observação é também o resultado de anos, e mesmo décadas, de gestão calamitosa de fundos públicos.

Dizemos com veemência e repetiremos enquanto for necessário: é inaceitável continuar a impor uma carga tributária insuportável sobre nossas **famílias e empresas** ou impor cortes orçamentários injustos em áreas onde o dinheiro público é mais do que útil, enquanto manutenção de despesas que os **franceses** não deveriam ter de suportar. O custo da **imigração** [...] e aquele da **União Europeia**, a **má gestão** resultante da fraude social e fiscal generalizada, o custo da insegurança: são verdadeiras fontes de economia para o Estado, para os hospitais e para as comunidades. Eis o verdadeiro problema que um governo corajoso deveria enfrentar.

Acima de tudo, estas contas fazem parte do ciclo infernal de exigências de **austeridade** que nos são impostas por **Bruxelas** e que, no entanto, como todos sabem, só produzem **desordem, sobreendividamento, pobreza e retrocessos sociais e de saúde** nos países onde se aplicam — basta, aliás, para se convencer disso, olhar para o horror econômico e social imposto ao povo grego. (JOURNAL OFFICIEL, 2020, tradução nossa<sup>8</sup>)

Gostaríamos de destacar alguns pontos sobre essa declaração. Primeiramente, é preciso chamar atenção para o nexos estabelecido entre determinadas categorias utilizadas por Le Pen. De um lado, temos a dívida, o déficit, o desemprego e as decisões econômicas desastrosas, dos quais são vítimas as “empresas” e “famílias”, equalizadas aos “franceses”, que parecem converter-se em ponto nodal dessa cadeia de equivalência entre demandas insatisfeitas. Do outro lado, estão os governos franceses — responsáveis por décadas de decisões econômicas desastrosas — e a União Europeia (representada, por vezes, pelo signo “Bruxelas”). Esta é tida como causadora maior da “desordem, sobreendividamento, pobreza e retrocessos sociais e de saúde”.

Cabe apontar para a maneira como o processo (de crise) se conecta ao sujeito da União Europeia. O governo, apesar de deter sua parcela de culpa, parece estar submetido à UE: “*Acima de tudo*, estas contas fazem parte do ciclo infernal de

---

<sup>8</sup> Em razão de sua extensão, não foi possível incluir a versão francesa dos discursos por nós traduzidos neste artigo.

exigências de austeridade que nos são impostas por Bruxelas”. Destacamos igualmente o seguinte trecho: “[...] a escassez orçamental do Executivo, a injustiça das políticas prosseguidas e o vergonhoso abandono do interesse nacional face às iníquas exigências de austeridade que nos impõem Bruxelas”. Aí se encontram, igualmente, sinais de que a União Europeia carregaria, em última instância, a culpa pelas injustiças do governo francês. Ela continua:

Na verdade, apesar das promessas de campanha, continuamos a dissimular, rejeitamos responsabilidades e compensamos apertando o cinto dos **franceses**. É comovente, quando sabemos que um dos principais culpados pela deriva de nossas contas públicas em 2016 e por este buraco repentinamente revelado no verão de 2017 não é outro senão o atual **Presidente da República**. O Sr. Sapin, o bode expiatório ideal do momento, o confirmou: o Ministro da Economia do Sr. Hollande, Emmanuel Macron, estava ciente dos excessos que sua política deixou na França.

Também é muito fácil hoje aproveitar essas revelações para sangrar nossas administrações enquanto consideramos receber novos **migrantes** ou criar um orçamento para a **primeira-dama**.

[...] Nossos **soldados** realizam suas perigosas missões com equipamentos de outra época ou sem receber os bônus que lhes são devidos. Isso é inaceitável.

O general de Villiers ousou dizer uma palavra forte e honesta à representação nacional: a ira de nosso arrogante presidente caiu sobre ele de maneira humilhante e perfeitamente inadequada. Seu desprezo pelas nossas **Forças Armadas** é inaceitável, tanto quanto os cortes claros que as restrições orçamentárias lhes impõem.

Por todas essas razões, para nós [o voto] será: não. Acreditem, nunca deixaremos de fustigar a escassez orçamental do Executivo, a injustiça das políticas prosseguidas e o vergonhoso **abandono do interesse nacional** face às iníquas exigências de **austeridade** que nos impõem **Bruxelas**.

(JOURNAL OFFICIEL, 2020, tradução nossa)

Cabe destacar que ao governo e às instituições supranacionais se opõem as “famílias e empresas” (trecho anterior), os “franceses”, os “soldados” e as “Forças Armadas”. Interessante notar que Le Pen se coloca nitidamente ao lado dessas categorias. Isto é evidenciado pela grande recorrência do pronome possessivo “nosso(s)”, que se justapõe às famílias, às empresas e às forças armadas. Note-se a importância desse pronome cuja ausência é notável quando a locutora refere-se, por exemplo, à União Europeia, de quem ela estabelece distanciamento. Note-se, igualmente, que o referido pronome é utilizado para referir-se à “nossa administração”, e agências públicas vilipendiadas pelos sucessivos governos e pela União Europeia, de maneira a criar uma espécie de oposição entre aqueles que se supõe serem os verdadeiros “chefes” das administrações, isto é, o povo francês, e o governo e a UE.

Nesse momento, resta a impressão de que Le Pen funda dois pólos discursivos, um do opressor, representado pela UE (que se liga tanto a “Bruxelas” e a medidas econômicas liberais, quanto ao governo — representado pelo presidente, mesmo, pela primeira-dama — e, fundamentalmente, aos migrantes) e um do oprimido, representado pelos franceses. Simultaneamente, parece colocar-se como parte desse segundo grupo ou, mesmo, como seu porta-voz na Assembleia.

Destacamos mais um conjunto de manifestações da deputada como objeto de análise<sup>9</sup>. Desta vez, no dia 3 de dezembro de 2018. Na ocasião, a Le Pen debatia um projeto de lei concernente à modificação do código penal francês. No seguinte trecho, refere-se a uma emenda que tinha por objeto as penas impostas a pessoas que cometeram delitos:

Vocês sabem o que é preciso ter feito para ser condenado ao regime fechado? [...] Vocês sabem quantas vezes você tem que ter reincidido para ser condenado a uma pena de prisão em regime fechado?

Embora esta já seja uma pena modificada, um presente, de certa forma, dado a quem deveria ir para a prisão, vocês nos explicam que devemos ser flexíveis caso o sujeito em questão retorne um pouco tarde se foi convidado para um coquetel. Vocês percebem o que **os franceses** sentem quando os ouvem? Eles são confrontados pela a **delinquência** todos os dias, todos os dias encontram pessoas lá embaixo, nas ruas, que deveriam estar na prisão.

Já consideram que há anos os **governos** não executam a política penal que deveria ter sido executada, que não demonstram a firmeza que deveriam ter demonstrado, e **vocês** insistem nisso excessivamente, de forma completamente desconectada da realidade daquilo que vivem as **vítimas!** Perdão por dizer palavrões e falar sobre as vítimas. Sei que nesta **assembleia** elas são sistematicamente dispensadas de imediato, mas, bom, mesmo assim! Não é preciso muito! Um pouco de decência para com elas! Eu acho que é preciso seguir a razão em suas proposições e em seus argumentos. (JOURNAL OFFICIEL, 2020, tradução nossa)

Aqui, novamente chama atenção a dicotomização. De um lado, há as vítimas da delinquência, ao lado das quais Le Pen se coloca. Essas vítimas são, por sua vez, equalizadas com os “franceses” de maneira geral, de quem se supõe sentir-se chocados pelas propostas da Assembleia. De outro, os sucessivos governos franceses, acusados de conivência e inação perante a delinquência, a própria Assembleia e as “pessoas” que deveriam estar na prisão.

Em seguida, a deputada dispõe sobre um artigo concernente aos crimes cometidos por estrangeiros:

---

<sup>9</sup> As manifestações não são contínuas: se deram ao longo do dia de trabalhos parlamentares. Le Pen também fez outras intervenções pontuais ao longo da sessão legislativa. Contudo, por sua concisão e pelo fato de se tratar-se sobretudo de comentários sobre falas de colegas, optamos por omiti-las.

Esta emenda, à semelhança das anteriores, tem o mérito da clareza e da simplicidade. Tende a incluir na lei que qualquer **estrangeiro condenado** será automaticamente proibido de permanecer na França. Esta proibição será pronunciada definitivamente em caso de crime e por dez a vinte anos em caso de crime punível com mais de cinco anos de prisão.

É estonteante aceitar que um **estrangeiro**, desfrutando da hospitalidade que lhe foi concedida não por este ou aquele **governo**, mas pela **França**, se permitisse violar não apenas as leis da hospitalidade, mas as do país. Isso vale para uma contravenção, para uma contravenção punida com mais de cinco anos de prisão, mas ainda mais para um crime. Nada pode justificar — e poucos franceses entendem — que permitamos, ao contrário de dezenas de outros países, que estrangeiros condenados por um crime permaneçam em nosso território no final de sua pena, se possível, aliás, às custas do governo: eles têm direito à assistência médica estatal se forem ilegais, à cobertura universal de saúde se não forem, à assistência habitacional, à renda ativa solidária, e assim por diante.

Esta situação é insuportável. Não é insuportável para a **Marine Le Pen**, Senhora Ministra, mas para os **franceses**. Se quisesse ver as urnas ou se, com o seu governo, tivesse a coragem de organizar um referendo — estou usando muitos palavrões esta noite: vítimas, referendo ... — provavelmente descobriria que mais de **noventa por cento dos franceses** querem que os **estrangeiros** culpados de um crime sejam banidos para sempre e que aqueles que cometeram um crime sejam banidos por dez a vinte anos.

A **sua** resistência a esta medida de bom senso fala muito, uma vez mais, sobre a sua **ideologia judicial** e sobre esta **ideologia imigracionista** que já demonstrou com outros textos que foram aprovados nesta **Câmara**. (JOURNAL OFFICIEL, 2020, tradução nossa)

Notemos que, nesse trecho, Le Pen faz referência a alguns dos temas que, em análise preliminar do corpus documental, constatamos ser centrais. A saber, os estrangeiros, a “ideologia imigracionista” e “ideologia judicial” (referindo-se a um suposto laxismo judicial) e uma suposta conivência dos governos franceses e da própria Assembleia (“esta Câmara”, “*sua* resistência”, “vocês”) com criminosos e estrangeiros em situação irregular (a quem Le Pen se refere, com frequência, como “clandestinos”).

Como ao referir-se a criminosos no trecho examinado anteriormente, Le Pen se coloca como porta-voz da quase totalidade dos franceses (“não é insuportável para Marine Le Pen [...], mas para os franceses”, “mais de noventa por cento dos franceses”). “Marine Le Pen”, aqui, torna-se notadamente equivalente aos franceses — que, por sua vez, como vimos no trecho anterior, equivalem, *grosso modo*, às vítimas. Vale dizer que Le Pen realiza uma operação em que, para colocar-se como porta-voz do povo francês, o descola do governo (ou dos governos) democraticamente eleito. Isso se evidencia no trecho “não por este ou aquele



governo, mas pela França”, onde os termos “governo” e “França” estão em relação de oposição.

Ao mesmo tempo, os estrangeiros criminosos parecem converter-se em “estrangeiros”, de maneira geral, uma vez que não são apenas aqueles que cometem crimes que usufruem dos benefícios do Estado de Bem-Estar francês. O crime parece residir não apenas no ato que burla as leis e os leva ao cárcere: parece estar no próprio fato de gozar da previdência francesa, financiada, supõe-se, com o dinheiro dos franceses, em detrimento dos próprios franceses. É o que se observa na nossa próxima amostra de discurso, dessa vez, referente às discussões do dia 20 de abril de 2018:

Aí está, o plano está tomando forma! Na verdade, este não é um plano secreto, como nossos colegas dos Republicanos vêm dizendo há vários dias. Vocês organizam a imigração. Este é o elo entre "asilo" e "imigração", as duas palavras-chave do título deste projeto de lei: vocês mesmos admitem que estão fazendo uso do direito de asilo para organizar uma nova corrente de imigração, permitir que os imigrantes ilegais se beneficiem do alojamento que vocês negam aos nossos próprios compatriotas, os mais modestos, que não têm acesso à moradia e vão para a rua. Os sem-teto são cada vez mais numerosos, mas isso não parece atingir sua humanidade. Vocês estão organizando uma nova rota de imigração. Vocês organizam a submersão migratória da França. (JOURNAL OFFICIEL, 2020, tradução nossa)

Parece oportuno tecer alguns comentários sobre a integralidade do que foi exposto até então. Pelos trechos selecionados, duas grandes cadeias de equivalência são articuladas (ou, talvez, uma grande cadeia e seu negativo antagônico). Um extremo da cadeia parece articular-se em torno dos franceses, que tornam-se um ponto referencial e mítico, ao qual busca-se fixar significados pela negação. Nela, os franceses associam-se à França (e, não, ao governo francês), às empresas, às famílias, às vítimas, às forças de segurança e à própria Marine Le Pen<sup>10</sup>. Do outro lado, temos Bruxelas. Bruxelas representa a desordem, o sobreendividamento, a pobreza, os retrocessos sociais e de saúde, o desemprego, a má gestão, a dívida, o déficit, o abandono do interesse nacional, a austeridade. Bruxelas teria cooptado os governos e os membros da Assembleia Nacional, cuja ideologia judicial e imigracionista resulta (e, aí, remetemo-nos ao outro extremo da cadeia), na desassistência aos franceses. Para Le Pen, as vontades legítimas do

---

<sup>10</sup> É interessante notar o quão “curta” é a cadeia que caracteriza positivamente esse povo, em relação à ampla gama de termos que servem para definir o inimigo designado.

povo francês são soterradas pelas decisões de instituições que usurpam a soberania popular — inclusive em seu direito de dizer não às imigrações e às decisões das instituições supranacionais da União Europeia.

Fica evidenciado que o povo, no sentido em que adquire nos discursos de Le Pen, define-se em sua relação a exterioridades como a União Europeia, os demais países da Europa e, mesmo, o próprio governo francês que, submisso a Bruxelas, que não permite aos franceses tomar decisões que o libertariam de sua posição de subjugo às instituições europeias. Por meio do referendo popular, segundo Le Pen, o povo poderia subverter essa situação.

Trata-se de um povo, portanto, que mesmo quando colocado como oposto a uma elite nacional, encontra-se nessa posição porque essa elite é ela própria sujeita à ordem globalista; esta, sim, identificada como o maior inimigo da nação francesa. Temos, aí, os elementos chaves para os quais apontou Laclau em sua análise do populismo. A partir do esvaziamento de determinadas demandas (como a segurança, o superávit, o emprego, a previdência social), emergiu um entendimento de povo, de comunidade. O vazio objetivo desse “francês” que é desenhado, por sua vez, é preenchido pela negatividade, pela construção de um “outro” que assume a forma de Bruxelas.

Há, contudo, uma particularidade na maneira como se esboçam essas categorias, isto é, a do povo e a do anti-povo. Como sugerem Stavrakakis et al. (2017), a soberania popular, no caso francês, parece ser equivalente à soberania nacional. A oposição mais marcante e importante estabelecida é entre o conjunto povo-nação — representado pela equivalência entre os franceses e a França (em oposição aos governos franceses) — e a União Europeia. Analisando-se nosso corpus documental, torna-se claro que nacionalismo e protecionismo são os antídotos à ameaça externa, que se relaciona tanto às imigrações quanto à austeridade. Tendemos a concordar com os autores (2017), que afirmam que determinados elementos populistas estão presentes no discurso de Le Pen, sobretudo na defesa da soberania popular (via referendo) frente a instituições perniciosas. Mas esses elementos estão subordinados à equivalência, em última instância, entre soberania popular e soberania nacional. Nesse sentido, afirmam, é a nação francesa que opera como o significante transcendental do povo — ainda que nem a palavra “povo”, nem a “nação” tenham centralidade. Isso significa que o discurso de Le Pen que — esperamos que, a esta altura, isto já esteja claro — é um

discurso populista (na medida em que existe uma cadeia de equivalências em torno de um povo esvaziado e preenchido pela negatividade, isto é, uma cadeia que se forma, em última instância, em torno dessa própria negatividade), mas que carrega uma marcante carga discursiva nacionalista. De Cleen e Stavrakakis (2017) propõem uma metáfora espacial da estrutura de significado que nos permitiria entender a articulação entre populismo e nacionalismo em um mesmo discurso: enquanto o nacionalismo se articula em termos de dentro/fora, o populismo se articula em termos de alto/baixo, referindo-se a posições ou *status* hierárquicos. Nesse sentido, enquanto o nacionalismo contrapõe o povo nacional aos outros povos, o populismo contrapõe o povo-oprimido ao “outro”, pólo de poder.

Populismo e nacionalismo são, portanto, formas discursivas diferentes, que articulam significantes por vezes diferentes em torno de dicotomias também diferentes. Isso não significa que a literatura que aproxima essas duas formas esteja completamente equivocada ao fazê-lo. De fato, parece que, em muitos casos, populismo e nacionalismos estão articulados — em termos da teoria do discurso — em um mesmo discurso político. Quando isso acontece, os elementos desses discursos adquirem significados outros. Isso explica por que, quando diferentes sujeitos os articulam, os resultados podem ser dramaticamente diferentes. O resultado da equação dependerá da localização do discurso nos eixos dentro/fora e alto/baixo.

À guisa de conclusão, gostaríamos de sugerir que a força desse elemento nacionalista e xenófobo do discurso de Le Pen traduz e só pode ser compreendido à luz da tradição colonialista e anti-migração da qual o Rassemblement National é herdeiro, à qual nos referimos na seção “Cinquenta anos no fronte”. Certamente, Le Pen carrega a bagagem de seu pai, que notorizou-se no combate a um *lobby* globalista judeu décadas antes que o altermundialismo se tornasse uma questão premente nas relações políticas internacionais. De seu pai herdou, igualmente, a forte tendência a fazer dos imigrantes bodes expiatórios para as questões sociais nacionais. De maneira mais ampla, entretanto, é possível dizer que o crescente apoio do qual o partido tem gozado ancora-se na história da própria França, da qual o Rassemblement não é, ele mesmo, senão um reflexo — como dissemos anteriormente, a história do Front é muito anterior ao próprio Front, e remetermo-nos a sua suposta origem seria um erro, como o seria atribuí-la unicamente a seus membros ou elementos internos. Essa tradição passa pelo colonialismo e pela

descolonização, que estão na origem daquilo que Mbembe (2006) classifica como etno-nacionalismo racializante:

O princípio que preside a ideia nacional francesa não foi totalmente limpo de toda suspeita étnica e, pela força das coisas, racializante. No fundo, quanto mais se invoca ritualmente os “valores da República” e o universalismo para se opor àquilo que se chama de “comunitarismo”<sup>11</sup>, mais colocamos a nu (...) essa realidade. (MBEMBE, 2007, p. 141, tradução nossa<sup>12</sup>).

De fato, parece-nos interessante a proposta de Bancel et al. (2007) de que a emergência vigorosa no debate público da questão colonial francesa, via debates sobre a imigração, parece dar-se como um sintoma do retorno do recalcado, isto é, dos tempos de invisibilidade quando apenas as franjas mais extremas da política (como o próprio Front) ousavam levantar o tópico. Nesse sentido, “o longo encobrimento desta parte da história nacional explica a natureza desordenada e compulsiva de seu desvelamento, que se desdobra hoje no confronto de memórias concorrentes, cada uma tentando impor sua ‘parte da verdade’” (BANCEL et al., 2007, tradução nossa<sup>13</sup>).

A literatura mostra que o colonialismo deixou sulcos profundos nas sociedades colonizadoras. Na França, entretanto, observa-se uma idiossincrasia curiosa. Malgrado o fim do colonialismo e a passagem do tempo, o país tornou-se praticamente o único dos países europeus a nutrir uma espécie de nostalgia colonial ou, mesmo, um revisionismo colonial institucionalizado, que tomou impulso por volta da década de 1990 — conjuntura da qual Le Pen soube se aproveitar. Desde então, por várias vezes o Estado francês demonstrou seu desejo de estabelecer um discurso colonial positivo e normalizante.

---

<sup>11</sup> No debate francês, designa a ideia de que as diferenças entre grupos étnicos e religiosos e o resto da sociedade devem ser valorizadas

<sup>12</sup> le principe qui préside à l'idée nationale française n'a pas été totalement épuré de tout soupçon ethnique et, par la force des choses, racialisant. Au fond, plus on invoque rituellement les « valeurs de la République » et de l'universalisme pour les opposer à ce que l'on appelle le « communautarisme », plus on met à nu (...) cette réalité.

<sup>13</sup> la longue occultation de ce pan de l'histoire nationale explique le caractère désordonné et compulsif de son dévoilement, qui se déploie aujourd'hui dans la confrontation de mémoires concurrentes, chacune tentant d'imposer sa « part de vérité ».

Le Pen, seu nacionalismo desconcertante e sua crescente popularidade justificam-se, de um lado, pelo medo da invasão da República e, do outro, pelo temor do desvanecimento da própria ideia da República francesa tal qual ela se coloca: a fratura colonial apresenta-se dentro da crise da identidade nacional e da dificuldade de integrar a brutalidade do colonialismo no quadro mais geral do republicanismo do qual este mesmo colonialismo fez parte. O colonialismo francês vai de encontro à própria representação da nação francesa: foram homens republicanos que deram impulso à conquista, e foi o republicanismo e os valores caros aos franceses que serviram de justificativa à empreitada.

A epopeia colonial foi feita em nome dos valores universalistas e dos direitos do homem, um sistema de valores fundado sobre o progresso encarnado por Comte, pela igualdade, pela educação, pelo laicismo e pela grandeza da nação e que, no século XX, foi posto em xeque pelo internacionalismo dos novos movimentos revolucionários, dos sindicatos, dos operários e das feministas. Passados sessenta anos da crise que representou a descolonização da Argélia, a questão colonial efervesce novamente face à pós-colonialidade e à globalização, trazendo à baila as profundas contradições e temores que circundam a ideia de nação francesa. Marine Le Pen é o produto de seu tempo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCEL, Nicolas; LEMAIRE, Sandrine; BLANCHARD, P. La fracture coloniale: une crise française. **La Fracture coloniale**. La société française au prisme de l'héritage colonial, p. 9-32, 2005.

CAMUS, Jean-Yves. Chapitre 1. Origine et formation du front national (1972-1981). In: **Le Front national à découvert**. Presses de Sciences Po, 1996.

DE CLEEN, Benjamin; STAVRAKAKIS, Yannis. Distinctions and articulations: A discourse theoretical framework for the study of populism and nationalism. **Javnost-The Public**, v. 24, n. 4, 2017.

DVOSKIN, Gabriel. **Discursos silenciosos, discursos silenciados**. Lá apropiación enunciativa como operación discursiva. 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity press, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

IGOUNET, Valérie. **Le front national**: De 1972 à nos jours, le parti, les hommes, les idées (Kindle). Seuil, 2014.

JØRGENSEN, Marianne W.; PHILLIPS, Louise J. **Discourse analysis as theory and method**. Sage, 2002.

JOURNAL OFFICIEL. Assemblée Nationale. Disponível em: <http://www.assemblee-nationale.fr/15/debats/>. Acesso em 28 out. 2020.

LACLAU, Ernesto. Populism: What's in a Name. **Populism and the Mirror of Democracy**, v. 48, 2005.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics**. Verso Trade, 2014.

MBEMBE, Achille. La République et l'impensé de la "race". **La fracture coloniale. La société française au prisme de l'héritage colonial**, p. 139-53, 2005.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

STAVRAKAKIS, Yannis. Discourse theory in populism research. **Journal of Language and Politics**, v. 16, n. 4, p. 523-534, 2017.

STAVRAKAKIS, Yannis et al. Extreme right-wing populism in Europe: revisiting a reified association. **Critical Discourse Studies**, v. 14, n. 4, p. 420-439, 2017.

STOCKEMER, Daniel. **The Front National in France**: Continuity and Change Under Jean-Marie Le Pen and Marine Le Pen. Springer, 2017.

WODAK, Ruth; KHOSRAVINIK, Majid; MRAL, Brigitte (Ed.). **Right-wing populism in Europe: Politics and discourse**. A&C Black, 2013.